

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Lobo de Araujo, Maria Marta

NAS FRANJAS DA SOCIEDADE: OS ESMOLADOS DAS MISERICORDIAS DO ALTO MINHO
(SECULOS XVII E XVIII)

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9,
núm. 2, 2005, pp. 121-142

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526442009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

NAS FRANJAS DA SOCIEDADE: OS ESMOLADOS DAS MISERICÓRDIAS DO ALTO MINHO (SÉCULOS XVII E XVIII)*

*Maria Marta Lobo de Araújo***

Resumo. Nas franjas da sociedade encontrava-se um volume alargado de homens, mulheres e crianças ao longo dos séculos XVII e XVIII, pessoas incapacitadas de proverem a sua subsistência, recorrendo à caridade, fosse ela particular ou privada. Normalmente, eram ajudados por estas duas formas de assistência em simultâneo. O nosso trabalho pretende conhecer e analisar os grupos de providos pelas Misericórdias do Alto Minho - Portugal – durante o período assinalado e compreender as razões que atiraram esta população para a pobreza. Pretendemos ainda estudar as respostas destas instituições de assistência, conhecer as esmolas, a sua durabilidade e avaliar os tempos em que eram praticadas. É ainda nosso objectivo reflectir sobre o significado e importância da dádiva no Antigo Regime. Sabendo que a piedade cristã se devia direccionar para todos os necessitados, pretendemos analisar a actuação das Misericórdias e conhecer os principais grupos beneficiados.

Palavras-chave: Misericórdias; caridade; pobreza; esmolas e mulheres.

ON THE FRINGES OF SOCIETY: BEGGARS IN ALMS HOUSES IN ALTO MINHO DURING THE 17 AND 18TH CENTURIES

Abstract. Throughout the 17th and 18th centuries, there was a large group of men, women and children on the fringes of society who were unable to subsist on their own and had to make the most of private and public charity. As a matter of course, they were helped by these two forms of assistance. Current research analyzes these groups of people who were helped by the Alms Houses in the Alto Minho, Portugal, during the above mentioned period and investigates the reasons why this population was in fact in such a destitute state. The solutions that these assistance institutions forwarded, the meaning of alms, their durability and the period in which they existed are investigated. The importance and significance of alms in the Old Regime will be also under analysis. Since Christian piety is for all, the activities of the Alms Houses and the main benefited groups shall be discussed.

Key words: Alms Houses; charity; poverty; alms and females.

A Idade Moderna assistiu a um crescimento muito vincado do número de pobres¹, sentido em toda a Europa, o qual obrigou à reforma da assistência².

Em Portugal, com o surgimento das Misericórdias presenciou-se uma remodelação profunda neste campo, que redimensionou as práticas de caridade sem, no entanto, destruir outras formas de assistência, que perduraram com vigor ao longo de toda a Idade Moderna. Falamos da caridade individual e de outras instituições que se mantiveram activas na ajuda aos mais carentes.

Embora teoricamente todos tivessem direito à esmola, a prática demonstra que este preceito não se cumpria e que muitos ficavam fora dos róis dos esmolados. O aumento da pobreza obrigou a uma escolha, porque os recursos disponíveis não respondiam a tantas solicitações.

Os agentes de caridade (instituições e particulares) actuavam com critérios de selecção que se assentavam em pressupostos de incapacidade de prover a subsistência (por serem velhos, muito jovens ou incapacitados), de residência (não se provendo senão os conhecidos) também de legitimidade e ainda de merecimento³.

Só eram esmolados os que passavam no apertado sistema de triagem, o qual não estava isento de pressões, favorecimentos e redes de influência.

Assim, enquanto uns eram considerados e esmolados, outros eram rejeitados, por serem avaliados como aptos para o trabalho. Aos primeiros, aos verdadeiros pobres, opunha-se outra categoria, a dos falsos pobres, que eram vistos como fingidores e foragidos ao trabalho. A estes negava-se a assistência e eles deambulavam, eram obrigados a abandonar o local em que se encontravam num espaço curto de tempo.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, Setembro de 2004.

** Docente do Departamento de História da Universidade do Minho - Portugal.

¹ Para esta temática leia-se SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 32-33.

² Sobre a reforma da assistência na Península Ibérica consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A reforma da assistência nos reinos peninsulares. *Cadernos do Noroeste*. Série História. 19 (1-2). 2002, 177-198.

³ Existiam, contudo, instituições de caridade que não tinham critérios de actuação. Recordo, a título de exemplo, os hospitais para expostos, que recebiam todos os que eram aí entregues.

Neste sentimento de repulsa para com esses pobres incluíam-se também preocupações morais. Menos cumpridores das regras da moralidade, os mendigos, porque mais soltos e menos controlados pela sociedade, eram acusados de comportamentos socialmente reprovados, por estarem freqüentemente associados ao vício. Outras vezes, eram referidos como portadores de doenças contagiosas que colocavam em perigo a saúde pública.

Os mendigos vagueavam pelas vilas e cidades, escolhendo os melhores locais de esmola: igrejas, praças e mercados, usando também os filhos pequenos como pedintes. Normalmente esfarrapados e portadores de deficiências físicas, os pedintes tornavam visível a sua condição e usavam-na para conseguir a esmola.

Estudamos, por conseguinte, apenas uma parte da pobreza, os que eram considerados merecedores, ficando por conhecer todos os restantes que não passaram no crivo das Misericórdias. A acção das Misericórdias procurava evitar que as populações que se encontravam nas franjas da sociedade resvassem para a miséria. Procuravam diminuir o seu sofrimento e atenuar um quotidiano marcado pela penúria.

As Misericórdias do Alto Minho ajudaram um leque alargado de pobres, que podemos incluir em vários grupos: entrevados, peregrinos e viajantes, doentes, órfãs, pobres envergonhados, presos e cativos. Destacamos igualmente as mulheres, por constituírem objecto prioritário da caridade.

Os pobres estavam mais próximos de Cristo, precisamente pela desprotecção em que se encontravam. A sua condição levava os ricos a beneficiá-los com as suas dádivas. A sua proximidade do Criador explica também a presença destes no acompanhamento dos funerais dos ricos e as esmolas que lhes eram deixadas por ocasião da morte. Quando a hora da partida se fazia anunciar, os homens transformavam os pobres em seus procuradores e herdeiros, para intercederem com preces em favor das suas almas.

O acto de esmolar devia ser um momento discreto. A acção valia por si e devia ser despojada de qualquer aproveitamento terreno. A caridade não se compadecia com vaidades. Pelo contrário, a dádiva era um acto de humildade.

Para além desta particularidade, realce-se também que estas acções coincidiam com momentos de importantes celebrações religiosas⁴. A comemoração dos Fiéis-de-Deus, o Natal, a semana santa e o dia de Santa Isabel eram ocasiões privilegiadas de esmolas.

Mas elas efectuavam-se também ao longo de todo o ano e os registos demonstram uma acção contínua de protecção aos que se situavam nas franjas da sociedade.

Mosteiros, confrarias, hospitais, paços episcopais e senhoriais, cabidos, conventos e pessoas individuais ofereciam esmolas, quer em dias certos da semana, quer em épocas particularmente importantes, normalmente associadas a momentos intensos de vivência religiosa.

No Antigo Regime, a maioria da população vivia em condições gravosas, muito dependente da produção das terras que trabalhava e dos pequenos lucros auferidos dos ofícios em que se ocupava. Maioritariamente ligada ao campo, a vida desta gente estava associada a uma existência dependente do trabalho de terras que não lhe pertenciam e sujeita à irregularidade das colheitas. A ligação aos donos das propriedades que trabalhavam era feita através de contratos, normalmente cumpridos pelo S. Miguel (mês de setembro), altura em que se efectuavam as colheitas.

Conseguir dinheiro para adquirir gado era um objectivo de muitos caseiros e pequenos lavradores, mas quase sempre alcançado através do endividamento a confrarias, a conventos ou a pessoas particulares. Como esta situação correspondia a maiores encargos, só alguns mais arrojados o podiam fazer, optando outros por permanecer com gado que não lhes pertencia. Tratava-se essencialmente de gado bovino, utilizado no trabalho do campo.

Também os utensílios agrícolas eram normalmente posse dos proprietários das terras. Acrescente-se a esta situação a existência de uma

⁴ A propósito da associação entre a celebração de rituais e as manifestações de carácter religioso consulte-se MARQUES, João Francisco. Rituais e manifestações de culto. AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 520-521; DURÃES, Margarida Pereira Varela. *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*. vol. I. Braga: Universidade do Minho, 2000, p. 209, dis. de doutoramento policopiada.

propriedade de minifúndio, fragmentada e basicamente produtora de milho e de algum centeio e trigo⁵.

Depois de satisfeito o contrato, normalmente pago em cereais, o que ficava para governo da casa era quase sempre muito pouco e insuficiente para alimentar a família. Os caseiros viviam, pois, uma existência precária, dependente da produtividade anual, uma vez que era quase impossível conseguir reservas de cereais que pudessem valer em anos de crise. Nestas ocasiões, o pagamento dos contratos não se efectuava, ou fazia-se apenas parcelarmente, facto que tornava os caseiros endividados e aumentava as dificuldades de sobrevivência.

A sorte dos jornaleiros estava muito próxima da dos pequenos lavradores. Com uma propriedade formada por leiras e pequenos campos, os proprietários do Minho eram em muitos casos também simultaneamente caseiros, uma vez que arrendavam campos para aumentarem a área de produção. Dependentes de um salário incerto, correspondendo apenas aos dias de trabalho, os quais estavam sujeitos à existência ou não de serviço, das condições atmosféricas e dos dias santos, estes trabalhadores viviam com rendimentos irregulares e quase sempre sem quaisquer poupanças a que recorrer nos momentos mais problemáticos.

Nos anos em que as colheitas eram mais fracas, o preço dos cereais subia e muitas famílias não tinham alternativa senão recorrer à caridade⁶. Para os pobres, a subida do preço dos cereais era sempre problemática, uma vez que o pão era a sua base alimentar e para o adquirir gastavam a maior parte do rendimento disponível.

A emigração e o abandono das terras foram sentidos um pouco por todo o lado e abriram caminhos aos que não podiam suportar estas dificuldades. Procuraram no Brasil e noutras paragens a subsistência que não conseguiam na sua terra⁷. O aumento da mendicidade e da vagabundagem constituía também um subproduto dos maus anos

⁵ Veja-se ALMEIDA, Luís Ferrand de. A propósito do milho “marroco” em Portugal nos séculos XVI-XVIII. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVII, Coimbra: 1992, p. 103-141.

⁶ Para esta matéria veja-se HENDERSON, John. *Piety and charity in late Medieval Florence*. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 241-252.

⁷ Leia-se Maria Marta Lobo de Araújo – Os “brasileiros” e a caridade: a herança dos irmãos emigrantes da Misericórdia de Ponte de Lima no século XVII. *As Misericórdias como Fontes Culturais e de Informação*- CD-ROM. Câmara Municipal de Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, 2002.

agrícolas e do conseqüente aumento dos preços dos cereais⁸. Numa economia dominada pelo cereal e em permanente desequilíbrio, uma grossa fatia da população vivia ameaçada, em constante aflição e pauperização⁹. Para além deste grupo existia outro que, pelas incapacidades sofridas, não se auto-sustentava: velhos, crianças, deficientes (físicos e mentais) e entrevados. Eram os denominados “pobres estruturais”.

Neste trabalho estudamos os grupos de pobres assistidos pelas Misericórdias do Alto Minho entre os séculos XVII e XVIII, destacando as áreas de intervenção prioritária destas confrarias. Analisamos apenas os esmolados, sabendo, no entanto, que estamos a estudar apenas os que receberam ajuda.

Entrevados

Os grupos de necessitados que se encontravam nas franjas da sociedade e dependentes da esmola para sobreviver eram normalmente ajudados com regularidade. Integravam os róis de pobres e constituíam uma das preocupações das Santas Casas. A periodicidade da esmola era variável: enquanto em Ponte de Lima e em Viana do Castelo se efectuava às quartas-feiras e ao domingo (coincidindo com as reuniões da Mesa), em Monção¹⁰ e em Caminha a distribuição de esmolos a estes necessitados assumia um carácter mensal.

Em Ponte da Barca, a confraria operava com um pequeno número de pobres, que beneficiava diariamente. Como a ajuda era diária, os providos eram em quantidade reduzida. Em 1709, por exemplo, a Santa Casa da Ponte da Barca enviava uma esmola diária apenas a dois homens¹¹. Esta ajuda destinava-se à gente velha e que se encontrava doente, sem apoio familiar (por não existir ou por serem tão pobres que não a podiam efectuar).

⁸ Para o Alentejo confira-se JUSTINO, José David Gomes . Crises e “decadência” da economia cerealífera alentejana no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*. nº 7. 1981, p. 29-80.

⁹ Confira-se LIS, Catharina; SOLY, Hugo - *Pobreza y capitalismo en la Europa preindustrial (1350-1850)*. Madrid: Akal Universitária, 1985, p. 162.

¹⁰ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção (doravante ASCMM), *Livro dos acordos 1625-1643*, nº 9, fl. 96.

¹¹ Para a Misericórdia de Ponte da Barca consulte-se PEREIRA, Maria das Dores de Sousa - *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Universidade do Minho, 2003, p. 234, dis. de mestrado policopiada.

Os entrevados eram merecedores de uma ajuda urgente e regular. Quase todas as Misericórdias tinham pobres aos seus cuidados, que amparavam normalmente até à morte. Por não se alterar a situação de miséria em que permaneciam, estas confrarias mantinham-nos sob a sua protecção ao longo de vários anos. Assumiam-nos como seus e reconheciam a total dependência da caridade. Estamos, no entanto, certos de que não dependiam apenas das Misericórdias; pessoas particulares, casas abastadas e mesmo outras confrarias contribuíam igualmente para minorar a situação de miséria em que se encontravam.

Em maio de 1689, a Misericórdia de Ponte de Lima resolveu atribuir duas broas de pão todos os domingos a Isabel Gonçalves, viúva, e uma manta, por esta se encontrar entrevada¹². Muitos outros foram igualmente beneficiados por estarem em situação semelhante.

O amparo desta confraria aos entrevados manteve-se, ajustando a esmola a cada caso em observação. Os pobres podiam ser beneficiados com géneros alimentares (trigo, centeio, galinhas ou peixe), roupa e/ou dinheiro. Alguns eram cegos, deficientes e portadores de outros males que os atormentavam.

Os produtos alimentares oferecidos pelas Misericórdias eram para alimentação directa do sujeito; mas o dinheiro era igualmente importante, porque com ele podia-se atalhar a alguma necessidade urgente. Eram, portanto, esmolas com uma aplicação imediata, que resolviam temporariamente as necessidades dos pobres, mas que os obrigavam a ter de pedir novamente.

A roupa era quase sempre composta por mantas ou cobertores e destinava-se a ser empregue na cama, onde o pobre permanecia. Era um agasalho importante, freqüentemente pedido com a justificação de que passavam frio.

Peregrinos e viajantes

As Misericórdias do Alto Minho registaram um número elevado de gente que se encontrava em trânsito para diferentes locais e por razões diversificadas. As populações deslocavam-se freqüentemente em peregrinação a locais da sua devoção, cumprindo promessas ou rogando graças. Destaca-se o centro religioso de Santiago de Compostela, situado

¹² Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, (doravante ASCMPL), *Livro dos cabidos particulares 1678-1717*, n.º4, fl. 30.

do outro lado da fronteira, mas relativamente perto da maioria destas Misericórdias. Era um importante centro de peregrinações mesmo na Época Moderna.

Os movimentos peregrinatórios não atingiram na Idade Moderna os registos que obtiveram no período anterior, mas mesmo assim foram responsáveis pela deslocação de muita gente, que partia agradecendo ou pedindo graças. De passagem pelos locais onde existiam Santas Casas, muitos solicitavam ajuda para continuar a viagem ou mesmo pouso para descansar¹³. Algumas destas confrarias administravam hospitais para peregrinos, recebendo apenas por alguns dias os que se encontravam de viagem¹⁴. Em caso de doença, era-lhes possibilitado o alargamento da estadia até apresentarem sinais de melhora, e contavam com cuidados médicos que a Misericórdia lhes mandava ministrar. Quando se encontravam capazes de prosseguir era-lhes passada uma carta de guia – documento que atestava a sua pobreza e lhes possibilitava serem ajudados noutra instituição de assistência – e, se necessário, facultava-lhes o transporte. A passagem de uma carta de guia incluía também uma esmola em dinheiro, que ajudava o pobre a resolver qualquer necessidade mais imediata.

Existia, não obstante, outro grupo de pobres largamente beneficiados pelas Misericórdias do Alto Minho quando necessitavam de deslocar-se para se curar. Os que se encontravam doentes e precisavam de se tratar noutra localidade eram transportados a expensas das Misericórdias e/ou de particulares. As Misericórdias participavam activamente nesta forma de ajuda e passavam cartas de guia aos que por motivo de doença se viam obrigados a deixar a sua casa e a partir em busca de tratamento.

Os principais locais de atracção de doentes no Alto Minho eram o hospital de Santiago de Compostela¹⁵, para onde se deslocavam muitos

¹³ Acerca das ajudas prestadas pela Misericórdia de Viana do Castelo aos que se encontravam de viagem para Santiago de Compostela veja-se MOREIRA, Manuel António Fernandes - A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago. *Estudos Regionais*, nºs 13/14, 1993, p. 66-72.

¹⁴ O número de permanência nestas instituições raramente ultrapassava os três dias.

¹⁵ Para a assistência prestada por este centro hospitalar consulte-se MALLÓN, Bandilio Barreiro; CASTELAO, Ofelia Rey - *Pobres, Peregrinos y Enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 1998; GUERRA, Delfín, García - La asistencia hospitalaria en la España moderna: el Hospital Real de Santiago. *Estudios de Historia Social*. 7 (1978) p. 289-327; La asistencia medica en el Hospital Real de Santiago al final del Antiguo Regimen. *Asclepio*. 35 (1983) 287-300.

pobres de Monção, Melgaço e Valença em busca da cura que não conseguiam na sua terra. A proximidade geográfica facilitava essa deslocação e a inexistência de hospitais em Monção e em Melgaço¹⁶ explica esta opção. Por isso, quer na Misericórdia de Monção, quer na de Melgaço existem registos de cartas de guia para pessoas que pretendiam curar-se no hospital de Santiago de Compostela.

Outro centro hospitalar muito procurado era o de Viana do Castelo, que recebia muitos doentes, provenientes principalmente da faixa costeira do Alto Minho.

Braga, com o hospital de São Marcos e já no Baixo Minho, recebia também doentes de todo o Alto Minho que precisavam de tratamento para doenças contagiosas. A sífilis era o principal mal que atacava estes pobres¹⁷. Esta doença, que esteve em avanço durante toda a Época Moderna, requeria práticas médicas e locais adequados para o seu tratamento. Entendia-se ser necessária uma separação rigorosa (física e de roupas) dos restantes internados.

Assim, nas localidades onde não existia tratamento para os sífilíticos, estes eram obrigados a deslocar-se para as unidades hospitalares que o efectuavam. Desta forma, regista-se um intenso movimento de doentes para o hospital de Braga, onde se praticava esta cura duas vezes por ano¹⁸.

Todas as Misericórdias do Alto Minho testemunham a passagem destes doentes, tornando-se Ponte de Lima uma espécie de corredor que servia de entreposto para os que vinham dos Arcos de Valdevez e Monção para Braga. Por outro lado, também os residentes no concelho limiano que padeciam destes males iam curar-se em Braga. Assim, a

¹⁶ Nestas duas vilas existiam duas gafarias que foram posteriormente integradas nas Misericórdias locais. Com o desaparecimento progressivo da lepra, estas instituições foram servindo de local de tratamento de alguns doentes, mas no século XVIII estavam desactivadas. As Santas Casas de Monção e de Valença não possuíam outros hospitais, ajudavam os pobres doentes com esmolas para se curarem em suas casas, ou para se deslocarem a outros locais de tratamento.

¹⁷ Os portadores de doenças contagiosas estavam impedidos estatutariamente de serem recebidos nos hospitais. Por isso, criaram-se hospitais para sífilíticos. Nas localidades onde não existiam, as curas efectuavam-se nos hospitais comuns, mas em locais resguardados dos restantes internados, normalmente em enfermarias situadas no rés-do-chão.

¹⁸ Para o tratamento do gálico em Braga leia-se CASTRO, Maria de Fátima - Assistência no Hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1710. *Revista Cultural Bracara Augusta*. 44 (1993) 45-73.

Misericórdia de Ponte de Lima local regista uma enorme procura de cartas de guia, ajudando muitos doentes a chegarem ao local de cura ou a suas casas.

Há ainda quem se desloque a Monção para receber tratamento nas termas. No século XIX muitos doentes direccionavam-se para essa vila devido às qualidades medicinais das suas águas. Pediam auxílio às Misericórdias por onde passavam para chegarem ao destino.

Estas esmolas não eram, contudo, as únicas que as Misericórdias do Alto Minho despendiam com os que se encontravam em viagem. Muitos outros “pobres estrangeiros” eram ajudados com dinheiro ou estadia. A Misericórdia de Caminha testemunha essa prática através das muitas esmolas que dá¹⁹.

As viagens ficavam caras, eram inseguras e morosas e muitos que se encontravam em trânsito não as poderiam realizar sem serem ajudados²⁰. Alguns pobres narravam nas petições os ataques desferidos pelos ladrões e as aflições que experimentavam por terem sido despojados dos poucos bens que possuíam.

Nem todas estas histórias de vida eram verdadeiras, mas alguns conseguiram mesmo ludibriar as instituições e ser ajudados. Fingiam ser pobres, passavam por miseráveis e conseguiam os seus objectivos. Apesar dos cuidados impostos na selecção dos providos, nem sempre era possível detectar e conhecer com rigor todas as situações. Em consequência, no século XIX, a legislação procurou controlar mais eficazmente estes casos, exigindo a apresentação de passaporte a quem se deslocava. Muitas Misericórdias mostraram-se favoráveis a esta legislação, uma vez que se encontravam com problemas de liquidez financeira e sobrecarregadas com gastos no tratamento de doentes.

Doentes

A prática seguida pelas Misericórdias no campo da saúde assumiu dois vectores essenciais: internamento e apoio hospitalar e assistência ao domicílio. Nem todas as Santas Casas estavam dotadas de institutos hospitalares, por isso, as que não os possuíam ajudavam os doentes a

¹⁹ Arquivo da Santa Casa de Caminha (doravante ASCMC), *Livro de receita e despesa 1551-1561*, fl. 195.

²⁰ Consulte-se FORTUNA, A. de Matos – *Misericórdia de Palmela (vidas e factos)*, Palmela. Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, p. 102-115.

curar-se em suas casas, enviando-lhes dinheiro, géneros alimentares, roupa e médico ou cirurgião. Podiam ainda comprar as mezinhas e oferecê-las. As que possuíam hospitais internavam os que precisavam de tratamento, mas por impossibilidade de o fazerem, por falta de espaço ou por resistência dos enfermos em serem internados, procediam à ajuda domiciliária.

A sobrelotação hospitalar foi um problema registado em muitas Misericórdias²¹ e esteve associada à grande procura destes serviços ao longo de toda a Época Moderna e à relativa pequenez de uma grande parte dos hospitais. Como os hospitais eram para pobres, os remediados e os ricos não recorriam aos seus serviços, por não se quererem misturar com esta população. Todavia, algumas estruturas hospitalares estavam dotadas de enfermarias para pessoas diferenciadas socialmente. Quando caíam em pobreza e não reuniam condições para fazer frente à doença, os pobres envergonhados recorriam ao auxílio de outros, quer institucional, quer particular. Eram geralmente tratados em suas casas, para onde se mandava uma esmola e o médico e/ou o cirurgião.

Apesar de possuir hospital, a Santa Casa de Valença viu-se impossibilitada de o usar em 1654, por ter sido ocupado pelo Exército português²². A situação geográfica da vila e o contexto económico em que nos encontrávamos obrigou à deslocação de tropas para esta praça e à conseqüente ocupação de casas para os aquartelar.

Curar os enfermos era uma prática seguida em todas as Misericórdias, e, com excepção das Santas Casas de Melgaço, Monção e Valadares, as restantes seis Misericórdias existentes na época no Alto Minho possuíam hospitais²³.

A procura dos serviços hospitalares era grande e cresceu ainda mais no século XVIII com o aumento da população. Homens, mulheres e crianças eram internados durante o tempo considerado suficiente para o tratamento e enviados posteriormente para suas casas. Nas Misericórdias

²¹ Para este assunto confira-se ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500-1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 97.

²² Acerca deste temática consulte-se ASCMV, Doc. nº 1. Compras de casas, que fez a Irmandade da Misericórdia e escriptura de obras das casas da mesma co, o apontamento para a Igreja, não paginado.

²³ A Misericórdia de Ponte da Barca só fundou o seu hospital em 1748. Até então, os doentes eram tratados no hospital da vila e a Santa Casa enviava esmolos aos pobres que se curavam no domicílio.

que não dispunham de hospitais para convalescentes, como acontecia em Ponte de Lima, a Misericórdia acompanhava os doentes em restabelecimento, com três visitas dos confrades, que deixavam 50 réis de esmola de cada vez.

Para além do internamento, os hospitais forneciam transporte²⁴ aos doentes, que durante o período em que estavam hospitalizados utilizavam roupa da instituição e eram assistidos corporal e espiritualmente. Eram confessados, comungavam e assistiam aos ofícios divinos. Quando estavam em agonia recebiam a extrema-unção. O corpo clínico tratava dos males do corpo. Muitos pobres estavam mal-alimentados, sofrendo de subnutrição. A alimentação que lhes era servida, os cuidados postos no internamento, a higiene e o conforto de que gozavam eram praticamente suficientes para lhes assegurar melhoras e fazer com que se restabelecessem.

À saída, os que precisavam, podiam receber roupa e /ou calçado.

Uma parte significativa dos doentes era tratada em suas casas. A estes as Misericórdias prestavam todos os serviços que podiam, mandando o médico e/ou cirurgião à casa do enfermo, pagando as mezinhas e enviando uma esmola em numerário ou galinhas para a alimentação.

Presos e cativos

A ajuda aos presos terá sido uma das primeiras actividades desenvolvidas pela Misericórdia de Lisboa e ocupa um lugar muito importante, pelo menos até ao século XVIII, em todas as Misericórdias. O compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa demonstra-o claramente, sublinhando o empenho que estas confrarias conferiram a estes necessitados²⁵. A partir dessa data, as Santas Casas continuam a assistir os encarcerados, mas parece ter diminuído o seu interesse por estes pobres, preocupadas que estavam com o crescente volume de doentes.

²⁴ Os irmãos iam buscar os doentes a suas casas, trazendo-os numa cadeira. Havia também quem chegasse à instituição pelos seus meios, vindo a pé, de carro de bois ou de barco.

²⁵ Para esta temática confira-se SOUSA, Ivo Carneiro - O Compromisso primitivo das Misericórdias portuguesas: 1498-1500. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: 2:13 (1996) 259-306; *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: C.T.T., 1998, p. 45-50.

Nem todos os que caíam nas malhas da lei eram pobres, mas as cadeias eram geradoras de pobreza, na medida em que as carceragens eram pagas pelos detidos e a justiça era muito lenta. Assim, mesmo aqueles que tinham algumas possibilidades viam-nas diminuir progressivamente, acabando na miséria²⁶. Sem terem de que se valer, estes e os restantes necessitados dirigiam-se às Misericórdias para serem providos. Era freqüente os bispos mandarem também esmolas aos presos, ajudando-os com regularidade²⁷.

As petições enviadas às Misericórdias eram analisadas em Mesa, e no caso de serem aceites, seus autores passavam a integrar o rol de providos destas confrarias. O mais freqüente era que comessem por ser alimentados, colmatando-se a necessidade mais urgente. Estas confrarias distribuíam comida aos encarcerados às quartas e aos domingos, em quantidade considerada suficiente para os restantes dias. Podiam ainda acrescentar uma esmola em numerário. Só mais tarde assumiam a condução do processo jurídico. Esta estratégia visava aliviar as Misericórdias dos maiores gastos, os efectuados nos tribunais. Existiam, no entanto, presos que recebiam as duas formas de assistência em simultâneo.

Acompanhar judicialmente os presos era uma tarefa que se desenrolava fora de portas, que exigia gente especializada e muito tempo disponível. Normalmente estas tarefas estavam a cargo de um irmão formado em leis ou de um nobre, mas no século XVIII as Misericórdias viram-se obrigadas a reforçar o seu plantel de juristas para tratar destas e de outras questões que se encontravam em juízo.

As Misericórdias gozavam da prerrogativa de entrar nas cadeias, procediam à sua limpeza e prestavam assistência aos presos. Em caso de doença estes eram hospitalizados ou tratados na cadeia com a assistência dos técnicos de saúde da Misericórdia. Recebiam roupa e calçado em caso de necessidade e quando transitavam para outra cadeia eram normalmente vestidos e calçados. Recebiam ainda acompanhamento espiritual; assistiam, através das grades, aos ofícios divinos celebrados

²⁶ Veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima. *Cadernos do Noroeste*. 11:2 (1998) 83-114.

²⁷ Acerca da ajuda aos presos do arcebispo bracarense D. Frei Caetano Brandão veja-se ABREU, José João - *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: o reformador contestado*, Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997, p. 190-191.

pelo capelão da Misericórdia, normalmente numa capela situada defronte da cadeia e, em caso de morte, eram enterrados pela Misericórdia.

Para além dos presos comuns, as Misericórdias, sobretudo as de fronteira, assumiram ainda o encargo de assistir militares que se encontravam encarcerados. Na guerra da Restauração, a Misericórdia de Monção queixava-se dos grandes gastos que tinha com os soldados encarcerados²⁸.

A privação da liberdade, as misérias que padeciam e a impossibilidade de trabalhar faziam com que as Misericórdias acolhessem até os estrangeiros que se encontravam nesta situação. Em 1697, a Misericórdia de Melgaço gastou 99. 15 réis com o livramento de duas presas galegas que estavam encarceradas na vila e cujos processos corriam em Barcelos e no Porto²⁹.

Na ocasião das festas religiosas de maior significado para a Igreja Católica, os encarcerados recebiam esmolas mais avantajadas: dia de quinta-feira santa, Natal e festa de Santa Isabel eram datas de melhores e maiores dádivas aos presos³⁰.

A ajuda aos cativos foi outra obra de caridade praticada pelas Misericórdias do Alto Minho. Contudo, com excepção das de Ponte de Lima e de Viana do Castelo, as restantes não preservam muitas menções de ajuda a estes pobres. Mesmo assim, existem esmolas enviadas à Coroa e dadas a particulares para libertar cativos³¹. Não era freqüente em todas as Misericórdias, mas em Ponte de Lima e em Viana era comum aparecerem homens, mulheres e religiosos a rogarem esmolas para libertar cativos.

²⁸ Confira-se CASTRO, Francisco Cyrne - “As “fronteiras do Minho” em Cortes”. *Caminiana*, ano III. 4 (1981) 71. Em Monção eram os confrades da Santa Casa que coziavam o pão para os presos.

²⁹ ASCMMço, Livro de receita e despesa 1672-1711, fl. 128v.

³⁰ No dia de quinta-feira santa de 1671, a Santa Casa despendeu 100 réis no jantar dos presos. ASCMM, Livro de receita e despesa 1679-1710, fl. 200. Em 1778, a Santa Casa de Valença gastou 1.300 réis na esmola que mandou aos presos das cadeias no dia de Santa Isabel. ASCMV, *Livro [que] ha de servir para receita e despesa das esmolas e collaçõs de se fazerem à Miraculosa Imagem da Senhora da Lapa existente na Capela do Bom Jesus desta vila*, fl. 20.

³¹ ASCMC, *Livro de receita e despesa 1551-1561*, fl. 103. A Misericórdia de Melgaço recebeu uma carta do rei em 1760 inquirindo-a sobre a existência de legados para cativos e sugerindo-lhe uma esmola para resgate dos que se encontravam em Mequinez. A resposta dava conta da inexistência de legados para este fim e os confrades diziam-se muito pobres para justificarem a falta de ajuda. Leia-se ESTEVES, Augusto Cesar – *Santa Casa de Melgaço*. Melgaço: Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, 1957, p. 103.

Mulheres

O atendimento aos pobres era feito aos dois sexos, mas as mulheres eram o alvo privilegiado. Tanto as petições como os róis demonstram que as mulheres não pediam esmolas apenas para si. Faziam-no quando eram jovens, nomeadamente através da candidatura a dotes de casamento, quando estavam doentes e quando eram velhas. Nestes três momentos, as esmolas cumprem funções diversificadas, estando, no entanto, associadas a questões morais, à necessidade de fazer face a situações complicadas (como era a doença) e a questões de sobrevivência. Sem forças para trabalhar, por estarem velhas, doentes, entevadas e incapacitadas, muitas delas tinham nas Misericórdias uma ajuda quase sempre segura. Muitas mulheres que eram ajudadas na última fase da vida viviam sós ou com outras companheiras, constituindo agregados familiares muito vulneráveis, ajudados por vizinhos, familiares e por instituições.

Outras eram esmoladas, mas a dádiva destinava-se a filhos ou netos pequenos. Eram mulheres solteiras, viúvas e algumas casadas (com maridos ausentes), que não agüentavam sozinhas o encargo de sustentar e educar os que estavam sob a sua alçada. A ajuda manifestou-se em alguns casos através de várias gerações, provando que a pobreza também se herdava. No caso das solteiras e viúvas, a ajuda podia também tentar evitar que a miséria em que viviam fosse responsável por descaminhos e aumentasse a precariedade em que se encontravam. Se já era penoso conseguir viver sem o “abrigo” masculino, por serem consideradas socialmente mais fracas, muito maior era a dificuldade e a preocupação de governar uma casa com vários dependentes. Com salários muito baixos e irregulares, sem nenhuma qualificação profissional e dependentes de trabalhos sazonais, as mulheres tornavam-se presas fáceis da pobreza, ao mesmo tempo em que se elegiam como alvos prioritários da caridade³². Há ainda que considerar a situação de dependência que mantinham em relação aos homens e a maneira como eram vistas pela sociedade. Se por um lado essa situação de subordinação ao sexo masculino lhes era desfavorável, por outro, justificava a caridade na ausência deste.

Órfãos

³² A Misericórdia dos Arcos de Valdevez distribuía muita roupa a pobres. Em 1628, comprou quatro varas e meia de branqueta para uma saia de uma pobre, que custou 585 réis. ASCMAV, *Livro de receita e despeza desta Sancta Casa 1628-29*, não paginado.

Com excepção da Misericórdia de Viana do Castelo, que dispunha de um recolhimento – o recolhimento de S. Tiago - para raparigas órfãs, todas as restantes não estavam dotadas destas instituições, mas cuidavam para que as jovens órfãs não caíssem na desgraça e optassem por maus caminhos. A preservação da honra e do bom nome era um requisito fundamental para que a mulher se mantivesse honrada e fosse considerada digna por todos. Perdê-la era alienar um bem inestimável e prescindir da estima e da consideração da comunidade.

As raparigas órfãs eram consideradas em risco, por se encontrarem sós e serem vistas como incapazes de preservar a sua honra. Precisavam, portanto, de se casar para, sob o “abrigo do marido”, melhor “servirem a Deus” e guardarem a sua honra e bom nome. Muitas raparigas viviam com as suas mães, normalmente mulheres velhas e tidas como vulneráveis e insuficientes para guardar as suas filhas dos “pecados do mundo”. As mulheres eram ainda consideradas incapazes de gerir os poucos bens que possuíam e de fazer frente aos problemas da vida, caindo muitas em pobreza. Esta situação agudizava-se na velhice, em que muitas delas se encontravam a ser esmoladas pelas instituições de caridade e por particulares.

Urgia, por isso, ampará-las para que se casassem. A sociedade sentia este problema como seu e foram muitos os que deixaram parte da sua herança para dotar órfãs. Estipulavam normalmente critérios de selecção, obrigando as peticionárias a respeitarem as regras impostas, e quando isso não acontecia, era a instituição distribuidora que determinava normas de cumprimento e de selecção.

Algumas Misericórdias do Alto Minho cumpriram vontades instituídas e distribuíram dotes de casamento, como aconteceu em Ponte da Barca. Porém, de todas destaca-se a Santa Casa de Ponte de Lima, não apenas pelo número de homens que deixaram esta preocupação inscrita nos seus testamentos e dinheiro para pagar dotes, mas sobretudo pelo número de dotes e candidatas.

A atenção dada à honra das raparigas materializa a preocupação com o cumprimento das regras morais; e se em Ponte de Lima a documentação existente na Misericórdia local prova que ela é exclusiva dos homens, por todo o mundo católico ela não foi selectiva e envolveu ambos os sexos. Como afirma Leila Algranti, esta causa “mobilizou reis e rainhas, clérigos e leigos”, quer através de uma fundação ou do patrocínio

de recolhimentos femininos, quer da instituição de dotes de casamento³³. Possibilitava à rapariga pobre aceder mais facilmente ao mercado matrimonial, servindo o dote de incentivo ao enlace e possibilitando à mulher escapar a uma sobrevivência complicada, como acontecia às celibatárias, que se transformavam muitas vezes em mães solteiras³⁴.

A instituição dos dotes tornou-se muito concorrida numa região em que a mulher assumia ao lado do homem todos os trabalhos agrícolas e concorria com ele nas actividades produtivas, necessitando, por conseguinte, de um companheiro para fazer face a todos os problemas da vida. A instituição de dotes recaiu principalmente nos séculos XVII e XVIII, mas a sua distribuição perdurou em alguns casos até ao século XX, altura em que as Misericórdias assumiram a falência destes legados e deixaram de os pagar³⁵.

A acção desenvolvida junto dos órfãos foi muito ténue. Nenhuma das instituições mencionadas administrava colégios para órfãos e a sua acção limitou-se a ajudar pontualmente algum caso, com o envio de esmolas esporádicas.

Pobres envergonhados

Este grupo de necessitados era gente que sentia vergonha de ser pobre, que escondia as suas necessidades, confessando-as apenas a um número limitado de pessoas, de quem recebia ajuda. Por trás deste

³³ Veja-se ALGRANTI, Leila Mezan - “Conventos e recolhimentos em Portugal e na América Portuguesa: um estudo comparativo sobre as instituições de reclusão feminina (séculos XVI-XVIII)”, comunicação apresentada no Colóquio *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fevereiro de 2002, policopiado; HUFTON, Olwen - Mulheres, trabalho e família. FARGE, Arlete; DAVIS, Natalie Zemon (dir.) - *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Ed. Afrontamento. 1994, p. 23-69; SOTO, Pedro Carasa - *Pauperismo y revolucion burguesa: Burgos: 1750-1900*. Valladolid: Universidad de Valladolid: 1989, p. 221, 229, 313-314; VIDAL, Teresa Maria Vinyoles I - Ajudes a donzelles pobres a maridar. *La pobreza y asistencia a los pobres en la Cataluña Medieval*. vol. I, p. 295-350; BREVAGLIERI, Sabina - Assistenza e patronage femminile a Venezia: la compagnia di S. Orsola, Tintoretto e l'Altare degli Incurabili. *Quaderni Storici*, nº 104 (2000) 355-381.

³⁴ LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência e controlo Social. Coimbra 1750-1850*. Viseu: Palimage Editores, 2000, p. 804; CASTRO, Maria de Fátima - *A Misericórdia de Braga*, Braga: Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003, p. 641-667.

³⁵ Para o fim dos dotes em S. Paulo leia-se MURIEL, Nazzari - *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil (1600-1900)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 263-273.

comportamento, que os remetia para suas casas, onde viviam as suas privações e com saídas muito limitadas, normalmente para cumprirem preceitos religiosos, estava um apurado sentimento social de pertença a um grupo de poder e um apertado controlo moral, que não permitiam a exposição das carências experimentadas.

A pobreza envergonhada não sofria as necessidades nem as vergonhas por que passavam os restantes pobres, nem se encontrava no limite da sobrevivência em que viviam muitos dos demais. A protecção que lhes era feita procurava travar a sua queda social e conservar a ordem estabelecida. O sentimento de vergonha experimentado estava enquadrado em outros valores, para quem a honra andava associada à vergonha e determinava a sua posição social.

Esta categoria de necessitados, os “melhores pobres”, socialmente superiores aos demais carentes, resguardava-se dos juízos valorativos dos vizinhos, remetendo-se ao silêncio e à protecção das suas moradias, onde não se questionava a sua honra nem se vislumbravam os sinais exteriores de pobreza. A pobreza envergonhada não devia ser vista, embora fosse preciso ser detectada para ser assistida. Para além da difícil conjuntura económica com que se confrontavam, que os obrigava a ser simultaneamente senhores e pobres, este grupo via-se constrangido, por força dos seus valores morais e sociais, que ditavam pudor e honra, a esconder as suas fraquezas, fugindo à humilhação de admitirem a pobreza em que viviam³⁶. Estavam em causa valores sociais e morais que não deviam ser questionados. É neste sentido que Isabel dos Guimarães Sá afirma que “os critérios de distinção entre pobres e não pobres não se pautam apenas por constatações de ordem económica [...], mas também e sobretudo por valores de ordem social, cultural e religiosa”³⁷.

Como a situação em que viviam não era coincidente com o estatuto social que possuíam, estes pobres apareciam publicamente em momentos considerados úteis social e religiosamente, como eram os de celebração de missas, e esperavam que a caridade se mostrasse generosa para permitir essas saídas.

³⁶ Veja-se RICCI, Giovanni - Naissance du pauvre honteux: entre l'histoire des idées et l'histoire sociale. *ANNALES, E.S.C.* 38. 1 (1983) 173.

³⁷ Acerca da pobreza e dos diversos tipos de pobres veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 457.

Os pobres envergonhados solicitavam freqüentemente roupa para essas aparições públicas, já que eram providos em suas casas, por exemplo, em situação de doença. A roupa disfarçava a pobreza, iludindo todos os que se cruzavam com o pobre. Tratava-se de manter pelo menos aparentemente a dignidade de alguém que já não pertencia ao mundo dos poderosos. A roupa exteriorizava também a pobreza, facto que os manchava socialmente e lhes criava dificuldades de permanência no seu estatuto social³⁸.

Esta pobreza de que se falava a meia-voz era protegida por pessoas individuais e instituições, indo ao ponto de nestas últimas não se nomear a pessoa esmolada, para que não fosse identificada e não se conhecesse o estado em que se encontrava³⁹. A não-identificação era intencional. Procurava-se que o sujeito “não perdesse”. A perda era pessoal, familiar e social, na medida em que se agia contra a dignidade da pessoa em causa, ao declarar-se uma situação da qual se sentia vergonha, diminuía-se a sua família e, em último lugar, prejudicava-se o grupo social a que se pertencia.

Recabiam ajuda em dinheiro, em géneros (cereais e galinhas) e roupa, entregues em suas casas, normalmente de noite. A roupa não era apenas para vestir. Recebiam também lençóis e cobertores quando se encontravam doentes, para que as suas misérias não fossem presenciadas pelas visitas.

O investimento que cada uma das Misericórdias do Alto Minho fez na ajuda directa à pobreza foi muito diferente. As pequenas confrarias de Valadares, Melgaço e de Vila Nova da Cerveira tiveram uma acção menor neste sector, enquanto as de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo e Caminha assumiram esta actividade como uma das suas funções principais e dedicaram parte das duas receitas para beneficiarem pobres. Sublinhe-se, no entanto, que tiveram a vida mais facilitada, já que receberam mais legados para este fim.

Apesar das diferenças, todas elas procuraram melhorar a vida de uma população empobrecida, através das esmolas distribuídas.

³⁸ Leia-se A. GUESLIN, A.- *Gens pauvres, pauvres gens dans la France du XIX^e siècle*. Paris: Aubier. 1998, p. 50-55.

³⁹ Consulte-se FARGE, Arlette - Famílias. A honra e o segredo. ARRIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) - *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*. Porto: Ed. Afrontamento, 1990, p. 581-618.

REFERÊNCIAS

- ABREU - José João, *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: o reformador contestado*, Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997.
- ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500-1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- ALGRANTI, Leila Mezan - “Conventos e recolhimentos em Portugal e na América Portuguesa: um estudo comparativo sobre as instituições de reclusão feminina (séculos XVI-XVIII)”, comunicação apresentada no Colóquio *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fevereiro de 2002, policopiado.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de - A propósito do milho “marroco” em Portugal nos séculos XVI-XVIII. *Revista Portuguesa de História*. tomo XXVII, Coimbra: 1992, p. 103-141.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima. *Cadernos do Noroeste*. 11:2 (1998) 83-114.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - A reforma da assistência nos reinos peninsulares. *Cadernos do Noroeste*. série História. 19 (1-2). 2002, 177-198.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Os “brasileiros” e a caridade: a herança dos irmãos emigrantes da Misericórdia de Ponte de Lima no século XVII. *As Misericórdias como Fontes Culturais e de Informação- CD-ROM*. Câmara Municipal de Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, 2002.
- BREVAGLIERI, Sabina - Assistenza e patronage femminile a Venezia: la compagnia di S. Orsola, Tintoretto e l'Altare degli Incurabili. *Quaderni Storici*, nº 104. 2000, p. 355-381.
- CAPELA, José Viriato - A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos, separata da *Barcelos Revista*. vol. II. nº 1, 1989, p. 59.
- CASTRO, Francisco Cyrne - “As “fronteiras do Minho” em Cortes”. *Caminiana*, ano III. 4. 1981, p. 65-78.

- CASTRO, Maria de Fátima - Assistência no Hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1710. *Revista Cultural Bracara Augusta*. 44 (1993) 45-73.
- CASTRO, Maria de Fátima - *A Misericórdia de Braga*, Braga: Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003.
- DURÃES, Margarida Pereira Varela - *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*. vol. I. Braga: Universidade do Minho, 2000, dis. de doutoramento policopiada.
- ESTEVES, Augusto Cesar - *Santa Casa de Melgaço*. Melgaço: Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, 1957.
- FARGE, Arlette - Famílias. A honra e o segredo. ARRIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) - *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*. Porto: Ed. Afrontamento, 1990, p. 581-618.
- FORTUNA, A. de Matos - *Misericórdia de Palmela (vidas e factos)*, Palmela. Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990.
- GUESLIN, A.- Gens pauvres, pauvres gens dans la France du XIXe siècle. Paris: Aubier. 1998, p. 50-55.
- GUERRA, Delfín, Garcia - La asistencia hospitalaria en la España moderna: el Hospital Real de Santiago. *Estudios de Historia Social*. 7. 1978, p. 289-327.
- GUERRA, Delfín, Garcia - La asistencia medica en el Hospital Real de Santiago al final del Antiguo Regimen. *Asclepio*. 35 (1983) 287-300.
- HENDERSON, John - *Piety and charity in late Medieval Florence*. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 241-252.
- HUFTON, Olwen - Mulheres, trabalho e família. FARGE, Arlete; DAVIS, Natalie Zemon (dir.) - *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Ed. Afrontamento. 1994, p. 23-69.
- JUSTINO, José David Gomes - Crises e “decadência” da economia cerealífera alentejana no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*. nº 7. 1981, p. 29-80.
- LIS, Catharina; SOLY, Hugo - Pobreza y capitalismo en la Europa preindustrial (1350-1850). Madrid: Akal Universitária, 1985.
- LOPES, Maria Antónia - Pobreza, assistência e controlo Social. Coimbra 1750-1850. Viseu: Palimage Editores, 2000.

MALLÓN, Bandilio, Barreiro; CASTELAO, Ofelia, Rey - *Pobres, Peregrinos y Enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 1998.

MARQUES, João Francisco - Rituais e manifestações de culto. AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 512-532.

MOREIRA, Manuel António Fernandes - A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago. *Estudos Regionais*, n.ºs 13/14, 1993, p. 66-72.

MURIEL, Nazzari – O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil (1600-1900), São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEREIRA, Maria das Dores de Sousa - *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Universidade do Minho, 2003, dis. de mestrado policopiada.

SOTO, Pedro Carasa - *Pauperismo y revolucion burguesa: Burgos: 1750-1900*. Valladolid: Universidad de Valladolid: 1989, p. 221, 229, 313-314.

SOUSA, Ivo Carneiro - O Compromisso primitivo das Misericórdias portuguesas: 1498-1500. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. 2:13 (1996) 259-306.

SOUSA, Ivo Carneiro - *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: C.T.T., 1998.

RICCI, Giovanni - Naissance du pauvre honteux: entre l'histoire des idées et l'histoire sociale. *ANNALES, E.S.C.* 38. 1. 1983, p. 173.

SÁ, Isabel dos Guimarães – Pobreza. AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 454-456.

SÁ, Isabel dos Guimarães - *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

VIDAL, Teresa Maria Vinyoles I - Ajudes a donzelles pobres a maridar. *La pobreza y asistencia a los pobres en la Cataluña Medieval*. vol. I, p. 295-350.